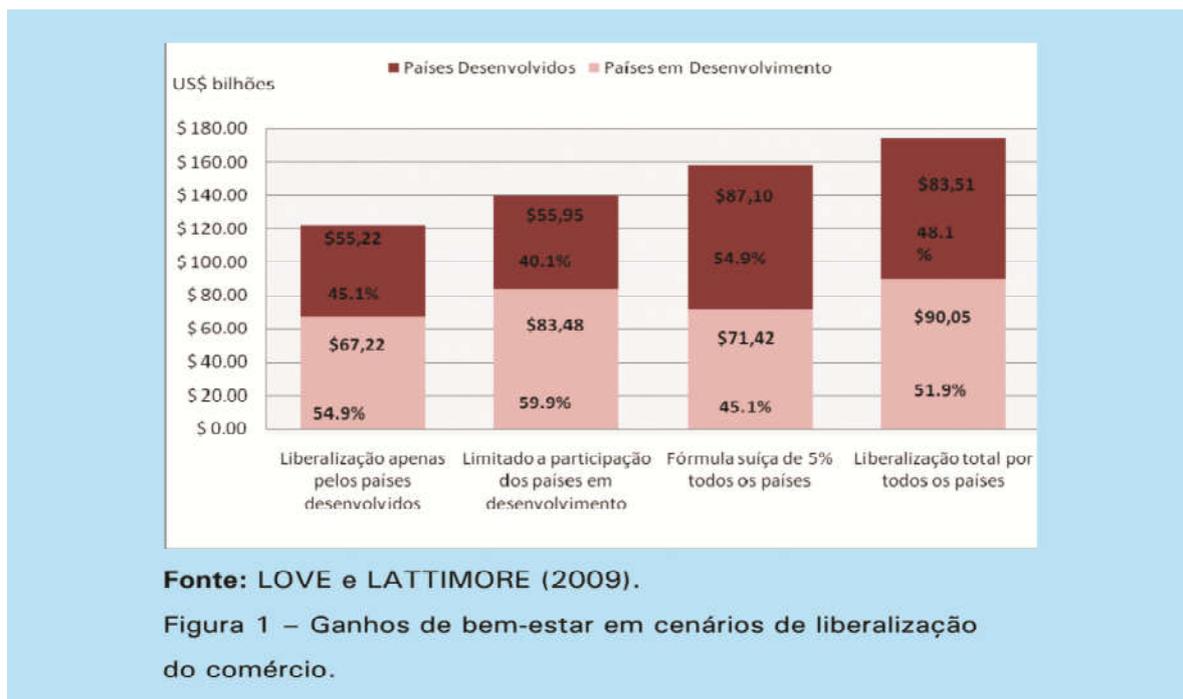


Protecionismo no mercado lácteo

Kenny Beatriz Siqueira, Lucas Figueiredo Linhares, Marcos Cicarini Hott, Letícia d'Agosto Miguel Fonseca

“Qual deveria ser a política comercial das nações?” Responder a esta pergunta não é algo tão fácil. Hoje, os governos possuem uma ampla variedade de instrumentos para definir uma política comercial internacional. Destes instrumentos, os mais importantes são: tarifas às importações, subsídios às exportações, cotas de importação e restrições voluntárias à exportação. O principal objetivo do governo em utilizar algum destes instrumentos é proteger a indústria doméstica, já que em um ambiente de livre comércio a concorrência pode ser um fator crucial para os produtores.

Apesar de atualmente a economia mundial sofrer com alguns problemas que podem aumentar os índices de protecionismo, como alto desemprego e inflação, de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), as oportunidades de protecionismo estão mais limitadas graças ao esforço progressivo desta entidade em diminuir as tarifas máximas que os países estão autorizados a cobrar, por meio de rodadas de liberalização comercial. O benefício total que seria gerado devido à liberalização comercial pode ser mensurado pelos ganhos de bem-estar das nações como mostra a Figura 1.



Pela Figura 1 pode-se observar que a liberalização do comércio apenas por parte dos países desenvolvidos já implicaria num ganho de US\$ 122,44 bilhões para a economia mundial e a liberalização total geraria um ganho de cerca de US\$ 173,56 bilhões. Portanto, de acordo com Love e Lattimore (2009), uma eliminação completa de tarifas e uma redução nos custos de comércio fariam com que mais da metade do benefício se revertesse para os países em desenvolvimento, trazendo ganhos de bem-estar equivalentes a 1,37% do PIB nestes países e 0,37% do PIB nos países desenvolvidos. No entanto, a última rodada de negociações proposta pela OMC (Rodada de Doha), ainda não conseguiu avançar na liberalização das tarifas devido a grande dificuldade de um acordo entre países em desenvolvimento e desenvolvidos com relação à agricultura, mas tem previsão de conclusão em 2011 para evitar que ocorra um fracasso irreversível.



Segundo Freitas e Costa (2005), entre os produtos agrícolas, o grupo de produtos “Leite e laticínios” são os mais prejudicados com os montantes tarifários, sob a ótica do preço das exportações mundiais. Os autores analisaram as tarifas equivalentes ad valorem (EAV) e concluíram que os produtos lácteos possuem a maior média simples (112%) e o maior pico tarifário (529%). Os valores analisados pelos autores estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Tarifas EAV sob os preços das exportações mundiais (em %).

| Grupo de Produtos | Média Simples | Média Ponderada | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo |
|---------------------------|---------------|-----------------|---------------|----------|------------|
| Carnes e miudezas | 38 | 79 | 42 | 0 | 255 |
| Leite e laticínios | 112 | 115 | 125 | 0 | 529 |
| Produtos hortícolas | 17 | 30 | 27 | 0 | 237 |
| Frutas | 14 | 66 | 23 | 0 | 211 |
| Café e mates | 3 | 2 | 4 | 0 | 13 |
| Cereais | 73 | 80 | 45 | 0 | 122 |

Fonte: Freitas e Costa (2005). Elaborado pelos autores.

Portanto, no mercado lácteo mundial, ainda é notória a existência de consideráveis barreiras tarifárias à comercialização de lácteos. Dentre os produtos lácteos comercializados mundialmente, o soro de leite é o que tem recebido imposição de tarifas mais elevadas. A Tabela 2 apresenta a tarifação para o soro de leite proveniente dos maiores exportadores mundiais do produto.

Tabela 2 – Tarifas aplicadas pelos principais parceiros dos maiores exportadores de soro de leite em 2010.

| Alemanha | | Estados Unidos | | Nova Zelândia | |
|----------------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|
| Principais Parceiros | Tarifa Aplicada Estimada | Principais Parceiros | Tarifa Aplicada Estimada | Principais Parceiros | Tarifa Aplicada Estimada |
| Holanda | 0.00% | México | 0.00% | Estados Unidos | 23,63% |
| França | 0.00% | China | 6,41% | Itália | 102,84% |
| Itália | 0.00% | Canadá | 161,06% | China | 3,47% |
| China | 6,41% | Japão | 322,39% | Japão | 322,39% |
| Bélgica | 0.00% | Marrocos | 0.00% | Alemanha | 102,84% |
| Áustria | 0.00% | Coréia | 42,80% | Egito | 0,24% |
| Espanha | 0.00% | Malásia | 0.00% | Canadá | 130,75% |
| Dinamarca | 0.00% | Indonésia | 5.00% | Arábia Saudita | 5.00% |
| Reino Unido | 0.00% | Filipinas | 1,31% | Austrália | 0.00% |
| Polônia | 0.00% | Vietnã | 25,78% | Grécia | 102,84% |

Fonte: Macmap (2011).

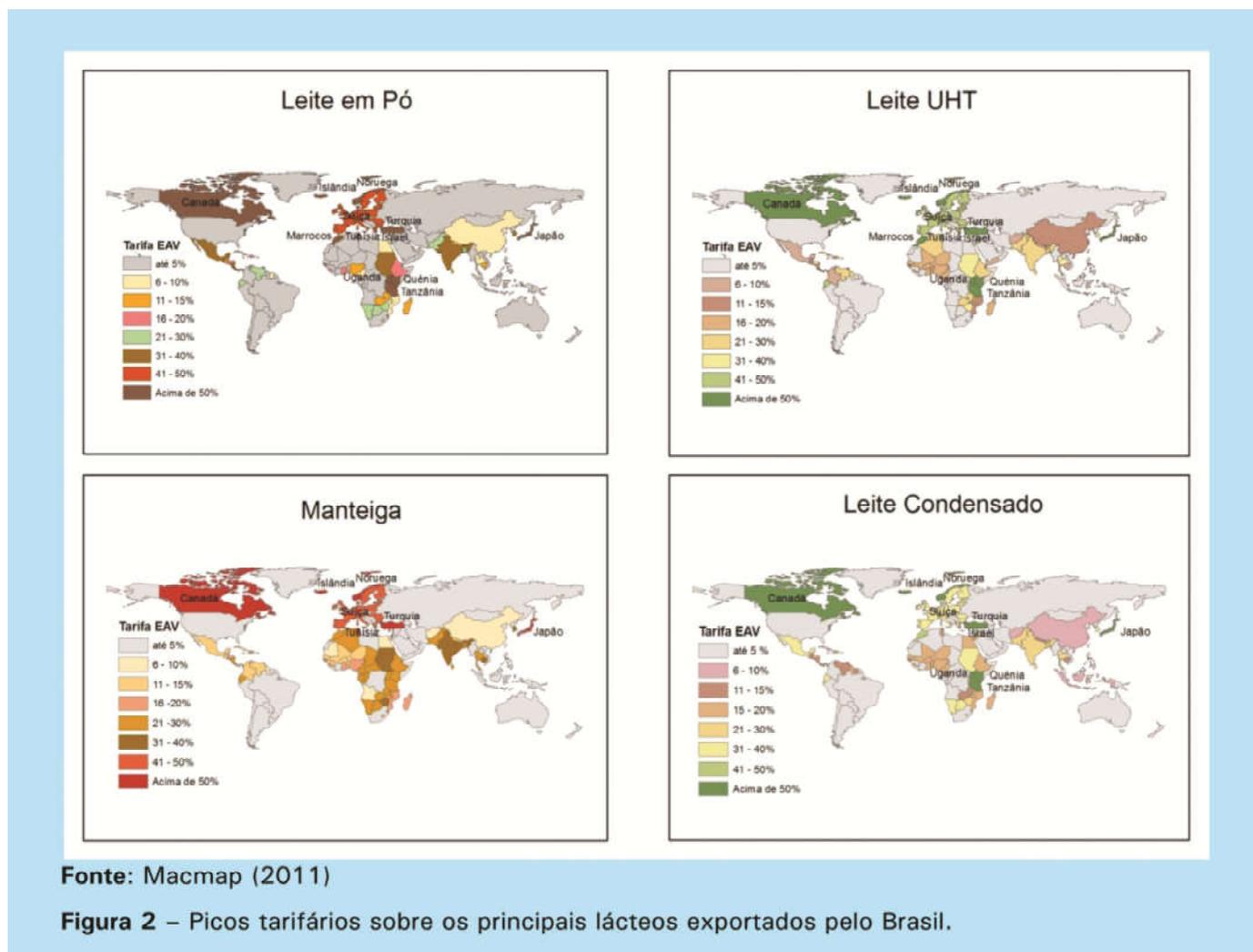
A Alemanha, que é o principal país exportador de soro tem como principais parceiros de comercialização os países da UE, onde não há barreiras ao livre comércio. Já os Estados Unidos e a Nova Zelândia que seguem também como principais exportadores do produto, são afetados por elevadas barreiras tarifárias. Pela tabela acima pode-se perceber que as maiores alíquotas tarifárias para a importação do soro são cobradas pelos países da UE, Japão e Canadá, os quais estão entre os países que mais usam políticas protecionistas para resguardar seus mercados agrícolas.

Como se pode observar, os Estados Unidos e a Nova Zelândia só usufruem de isenção tarifária na comercialização entre países com os quais possuem acordos bilaterais ou multilaterais, como por exemplo, o NAFTA e o ANZCERTA (Austrália - Nova Zelândia).



Barreiras tarifárias aos derivados lácteos do Brasil

Com relação aos produtos lácteos exportados pelo Brasil, o que se pode observar é a incidência de altos picos tarifários. Leite condensado, manteiga, leite UHT e leite em pó integral são os produtos mais atingidos, como mostra a Figura 2.



Visando identificar os países que impõem as mais elevadas tarifas aos produtos brasileiros, utilizamos dados do Macmap para 186 países e 12 derivados lácteos exportados pelo o Brasil. A Tabela 3 aponta os países que tarifam mais os produtos brasileiros a partir do cálculo da média simples, desvio padrão, valor mínimo e valor máximo das tarifas cobradas.

Tabela 3 – Países que impõem tarifas mais elevadas aos produtos lácteos brasileiros.

| País | Ano | Média Simples | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo |
|---------------------|------|---------------|---------------|---------|---------|
| Canadá | 2010 | 228.30% | 55.22% | 109.87% | 298.14% |
| Japão | 2008 | 169.55% | 122.83% | 14.90% | 345.15% |
| Suíça | 2009 | 135.23% | 141.44% | 16.35% | 524.16% |
| Turquia | 2010 | 115.03% | 39.91% | 45.00% | 150.00% |
| Israel | 2008 | 100.74% | 42.84% | 30.24% | 159.31% |
| Tunísia | 2006 | 88.88% | 40.98% | 15.00% | 150.00% |
| Islândia | 2010 | 87.22% | 66.22% | 36.94% | 264.18% |
| Noruega | 2010 | 86.35% | 47.30% | 34.64% | 196.71% |
| Marrocos | 2009 | 63.20% | 34.24% | 15.11% | 102.00% |
| República da Coréia | 2007 | 50.25% | 39.80% | 36.00% | 176.00% |

Fonte: Macmap (2011). Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 evidencia que os países mais protecionistas do mundo, como por exemplo, Canadá e Japão, são também os que impõem maiores barreiras tarifárias aos derivados lácteos exportados pelo Brasil. Pode-se observar também que os países europeus que não fazem parte da União Europeia, como Suíça, Noruega e Islândia, apresentam maiores tarifas. Além disso, a tabela apresenta dois países do Oriente Médio, dois países do continente africano e um país asiático. Ao contrário, os países membros da UE têm imposto menores tarifas aos produtos brasileiros, 36,9%, e os Estados Unidos de 23,8%.

Considerando três escalas tarifárias classificadas por tarifas maiores que 100%, tarifas entre 15% e 100% e tarifas menores que 15%, os cinco primeiros países da Tabela 3 estão incluídos na primeira classificação e representam 2,69% dos países analisados. Já os países com tarifas entre 15% e 100% representam 52,15% do total e países com tarifas inferiores a 15% representam 45,16%.

Portanto, analisando os dados, podemos concluir que a presença de barreiras tarifárias à comercialização de lácteos ainda é grande. O protecionismo, seja feito com subsídios ou barreiras tarifárias, deprime os preços internacionais e desestabiliza o mercado. Assim, o que nos resta saber é até que ponto as barreiras ao acesso aos mercados serão um entrave ao mercado lácteo mundial, restringindo os ganhos do setor e o tornando cada vez mais desigual e menos competitivo.



Referências bibliográficas

Macmap – Market Access Map. Disponível em <<http://www.macmap.org>> Acesso em: jan. 2011.

LOVE, P.; LATTIMORE, R.; International trade: Free, fair and open? OECD, 2009. 197p. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org>> . Acesso em: dez. 2010.

FREITAS, R.E; COSTA, C.C; Tarifas agrícolas européias: uma contribuição para sua interpretação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Pretos. Anais... Ribeirão Preto, SP: USP, 2005.